Eixo temático: Serviço Social, Fundamentos, Formação e Trabalho Profissional

TRABALHO E TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO NO SERVIÇO SOCIAL: ACHADOS DA PESQUISA NACIONAL NA REGIÃO SUL

Tatiana Reidel[1]
Inez Rocha Zacarias[2]
Isaura Gomes de Carvalho Aquino[3]
Maria Fernanda Escurra[4]
Ziza Dourado[5]
Anderson da Silva Fagundes[6]
Vanessa Santos Vieira[7]
Amanda Biermann Quirim[8]
Fernanda Cerny Alves[9]

Resumo: O artigo apresenta recorte da pesquisa nacional sobre o perfil, formação e trabalho de assistentes sociais, com foco na região Sul (RS, SC e PR). Com base em 1.685 respondentes, analisa-se perfil, vínculos, jornada, saúde e impactos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), evidenciando precarização, plataformização e os rebatimentos da lógica neoliberal no trabalho profissional. **Palavras-chave:** Trabalho de assistentes sociais; Tecnologias da Informação e da Comunicação; precarização do trabalho.

Resumen: El artículo presenta un recorte de la investigación nacional sobre el Perfil, la Formación y el Trabajo de las/os trabajadoras/es sociales, con énfasis en la región Sur de Brasil (Rio Grande do Sul, Santa Catarina y Paraná). Con base en las respuestas de 1.685 profesionales, se analizan el perfil, los vínculos laborales, la jornada de trabajo, la salud y los impactos de las Tecnologías de la Información y la

[1] tatyreidel@gmail.com. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
[2] inez.zacarias@ufrgs.br. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
[3] isauraaquino@gmail.com. Universidade Federal de Juiz de Fora.
[4] mfescurra@gmail.com. Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
[5] zizadourado@gmail.com. Universidade Estadual do Rio de Janeiro.
[6] anderson.fagundes@outlook.com. Universidade de Caxias do Sul.
[7] asvanessavieira@gmail.com. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
[8] amandaquirim@gmail.com. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
[9] nanda.cerny@hotmail.com. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Comunicación (TIC). Los resultados evidencian procesos de precarización, plataformización y los efectos de la lógica neoliberal en el ejercicio profesional.
Palabras clave: Trabajo de trabajadores sociales; Tecnologías de la Información y la Comunicación; Precarización laboral.

Introdução

O Serviço Social, enquanto profissão intrinsecamente ligada às demandas sociais e às transformações societárias, tem sido constantemente desafiado a reconfigurar seu trabalho diante das complexidades do cenário contemporâneo. A compreensão aprofundada do perfil, formação e condições de trabalho de assistentes sociais torna-se, portanto, imperativa para o fortalecimento do Projeto Ético-Político Profissional e para a efetividade de suas ações frente à crise capitalista. É nesse contexto que se insere a pesquisa nacional *Configurações e Tendências do Perfil, Formação e Trabalho de Assistentes Sociais no Brasil*, vinculada ao Grupo de Estudos, Pesquisas e Extensão sobre Trabalho, Formação e Ética Profissional em Serviço Social (GEPETFESS) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS[10]).

Esta investigação de caráter nacional, orientada pelo método dialético-crítico e aplicada por meio de pesquisa bibliográfica e pesquisa empírica, objetiva investigar como se configura o perfil, a formação e o trabalho dos/as assistentes sociais no Brasil e as tendências da produção da área de Serviço Social nas principais revistas e eventos da categoria nos últimos dez anos, com o intuito de delinear desafios e estratégias profissionais para atuação das entidades da categoria e de unidades de ensino, buscando o fortalecimento da hegemonia do Projeto Ético-Político Profissional no contexto de enfrentamento ao capitalismo.

Em relação à pesquisa empírica, foi elaborado um questionário com cinquenta questões, aplicado a assistentes sociais de todo o território nacional. O instrumento abrangeu aspectos relativos à identificação, formação acadêmica, fundamentos teórico-metodológicos, múltiplas dimensões do trabalho profissional — como vínculos, carga horária, natureza institucional e remuneração —, além de questões sobre saúde e a incorporação das TICs no cotidiano do trabalho. Neste artigo, o debate recai sobre as condições de trabalho e os impactos das TICs na organização e nas mediações do trabalho profissional.

[10] Pesquisa vinculada à Bolsa Pesquisa Produtividade CNPQ.

Dada a abrangência e a densidade dos dados empíricos coletados, este artigo tem por objetivo analisar e apresentar os resultados parciais da pesquisa nacional, com ênfase nos dados referentes à Região Sul do Brasil, que compreende os estados do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná. A escolha desse recorte regional fundamenta-se em sua relevância no cenário nacional da profissão, bem como na potencialidade de revelar especificidades e tendências que contribuam para a análise crítica das determinações históricas e sociais que conformam o trabalho profissional no contexto regional. Desta forma, pretende-se fortalecer a produção de conhecimento comprometida com a realidade concreta, subsidiando estratégias de formação e intervenção alinhadas ao projeto ético-político do Serviço Social. A análise desenvolvida visa, ainda, contribuir para o debate sobre as condições de trabalho, os processos de precarização e as exigências contemporâneas que interpelam o trabalho profissional, fomentando o aprimoramento crítico da categoria frente às múltiplas expressões da questão social.

Trabalho sob pressão: a realidade do trabalho profissional de assistentes sociais

À luz das contribuições de Iamamoto (2008), a condição assalariada do/a assistente social deve ser compreendida no interior das relações sociais que estruturam o modo de produção capitalista. Enquanto trabalhador/a inserido/a na divisão social e técnica do trabalho, o/a assistente social vende sua força de trabalho, estando, portanto, submetido/a às determinações do capital, o que implica em limites concretos para sua atuação profissional. Portanto, para apreender o significado social do trabalho profissional, requer-se identificar “um complexo de novas determinações e mediações essenciais”. (Iamamoto, 2008, p. 214) que expressam a dupla dimensão do trabalho profissional: como trabalho concreto, vinculado a ações dirigidas a sujeitos históricos, e como trabalho abstrato, submetido à lógica da mercadoria e da valorização do capital. Nesse sentido, as contradições que atravessam o exercício profissional não constituem meramente um pano de fundo, mas configuram elementos estruturantes que tensionam diretamente a materialização do trabalho concreto, refletindo as mediações entre o projeto profissional e os condicionantes históricos, políticos e institucionais que o conformam.

Nesse contexto, torna-se imprescindível conferir visibilidade às condições concretas de trabalho das e dos assistentes sociais, como base para a formulação de estratégias de enfrentamento que estejam em sintonia com as determinações da realidade social. O

trabalho profissional tem sido atravessado pelos impactos do desmonte das políticas públicas, refletido na intensificação da precarização das relações de trabalho. Essa precarização manifesta-se por meio de vínculos instáveis, rebaixamento salarial, jornadas extensas — muitas vezes duplicadas ou triplicadas —, sobrecarga de demandas e descontinuidade institucional, compondo o quadro contraditório que conforma a condição assalariada no interior da sociabilidade capitalista. Tais expressões do assalariamento não são circunstanciais, mas estruturais, e incidem diretamente sobre a materialização do trabalho profissional, exigindo da categoria não apenas resistência, mas a construção coletiva de respostas ético-políticas ancoradas no projeto profissional crítico e comprometidas com os interesses da classe trabalhadora.

Até julho de 2025, a pesquisa contabilizou 1.685 respondentes na Região Sul do Brasil. Desse total, 72,94% (n = 1.229) residem no Rio Grande do Sul, 23,15% (n = 390) em Santa Catarina e 3,92% (n = 66) no Paraná. A predominância de respostas provenientes do Rio Grande do Sul pode ser atribuída à localização da coordenação da pesquisa nesse estado, o que favoreceu a sua divulgação e adesão local.

A análise dos dados referente à modalidade de trabalho dos/as assistentes sociais revela uma predominância significativa do regime presencial: dos 1.433 respondentes dessa questão, 79,55% (n = 1140) afirmaram exercer suas atividades exclusivamente de forma presencial, o que aponta para uma característica marcante da profissão, fortemente vinculada ao contato direto com os/as usuários/as e às dinâmicas institucionais presenciais. Um percentual menor, 10,68% (n = 153), atua em regime híbrido, combinando momentos presenciais com atividades remotas ou por teletrabalho, o que pode indicar certa flexibilização do trabalho em algumas instituições, possivelmente impulsionada pelas mudanças trazidas pela pandemia de COVID-19 e a inserção das TICs nos campos de atuação. Já o número de profissionais que atuam totalmente em regime remoto é bastante reduzido, 1,81% (n = 26), mas indica a necessidade do empreendimento de pesquisas para conhecer como esse trabalho se materializa. Por fim, 7,96% (n = 114) indicaram que a pergunta não se aplica, o que pode se referir a profissionais que estão afastados, em licença, ou que não se encontram atualmente em exercício profissional. Esses dados evidenciam que, apesar de algumas adaptações, o trabalho do/a assistente social ainda se estrutura, majoritariamente, em moldes presenciais, o que dialoga com as exigências do trabalho, mas também levanta questões sobre os desafios e limites impostos por essas

novas modalidades de atuação de assistentes sociais e as consequências para a população usuária desses serviços.

Os/as assistentes sociais também foram questionados/as acerca da quantidade de vínculos empregatícios que mantêm. Dentre as/os respondentes, a maioria, 77,88% (n = 1116), declarou possuir apenas um vínculo de trabalho. Em contrapartida, 10,89% (n = 156) afirmaram manter dois vínculos, 1,33% (n = 19) indicaram possuir três, e 0,42% (n = 6) relataram estar vinculados a quatro empregos. O conjunto dessas respostas revela que 12,64% dos profissionais exercem suas atividades por meio de múltiplos vínculos empregatícios, o que sugere a necessidade de recorrer a mais de um trabalho como estratégia para garantir uma renda suficiente à sua subsistência e à de seus familiares. Ademais, 9,49% (n = 136) dos participantes informaram não possuir vínculo empregatício no momento da pesquisa, o que aponta para a presença de desemprego em parcela significativa da categoria profissional.

No que tange à carga horária total de trabalho semanal, 44,24% (n = 634) responderam trabalhar até 30 horas semanais. Na sequência, 38,80% (n = 556) afirmaram exercer uma carga horária entre 31 e 40 horas por semana. Os/as demais respondentes, 8,65% (n = 124), trabalham mais de 40 horas por semana. Estes dados permitem inferir que a maioria, ou seja, 47,45% (n = 680) do total, trabalha mais de 30 horas por semana. A Lei 12.317, de 25 de agosto de 2010, dispõe que a duração do trabalho dos/as assistentes sociais não pode ultrapassar 30 horas semanais. Diante disso, os resultados da pesquisa sugerem que parte significativa da categoria está submetida a jornadas de trabalho em desacordo com a legislação vigente, seja em decorrência do descumprimento legal por parte das instituições empregadoras, seja pelo acúmulo de vínculos empregatícios, o que acaba por ampliar a carga horária total exercida pelos profissionais.

Os dados relativos à remuneração mensal dos/as assistentes sociais na Região Sul revelam significativa heterogeneidade nos provimentos da categoria, com predominância em faixas intermediárias de renda. Do total de respondentes, 27,14% (n = 389) declararam receber até R$ 3.960,00, compondo o grupo com menor rendimento; 22,33% (n = 320) situam-se na faixa entre R$ 3.961,00 e R$ 5.280,00; 22,68% (n = 325) recebem entre R$ 5.281,00 e R$ 7.920,00; e outros 22,68% (n = 325) informaram rendimento superior a R$ 7.921,00 mensais. Ressalta-se, ainda, que 5,16% (n = 74) afirmaram não possuir qualquer remuneração no momento da pesquisa. Esses dados evidenciam que 63,43% (n = 909)

das/os profissionais recebem abaixo de R$ 6.600,00 por mês, o que indica uma defasagem remuneratória expressiva, sobretudo quando considerada a formação acadêmica exigida — graduação ao nível superior, muitas vezes acompanhada de especialização ou pós-graduação stricto sensu — e a complexidade técnico-interventiva das atribuições desempenhadas. Tal realidade expressa, de forma concreta, os rebatimentos das transformações no mundo do trabalho sobre o Serviço Social, manifestando-se na desvalorização econômica da força de trabalho profissional, mesmo diante da crescente intensificação das demandas institucionais e sociais.

O trabalho de Assistentes Sociais na Região Sul e as TICs

A incorporação das tecnologias ao processo de trabalho tem origem na Revolução Industrial, como símbolo de progresso, inovação e modernidade. Entretanto, a partir de 1970, sob a lógica do capital, adquire outro sentido, passa a ser instrumento utilizado como forma de intensificar a exploração do trabalho, reduzir custos operacionais e maximizar a acumulação de capital. Esse movimento, associado às novas TICs, contribuiu significativamente para a intensificação da globalização da economia, ao romper as barreiras territoriais por meio da viabilização da comunicação em escala mundial.

Dessa forma, observa-se a substituição progressiva do trabalho vivo pelo trabalho morto, representado por maquinários, sistemas digitais e inteligência artificial, como estratégia do capital para intensificar a produtividade e ampliar a extração de mais-valia (Marx, 2017). Essa dinâmica foi maximizada durante a pandemia da COVID-19, quando medidas de restrição de circulação adotadas para evitar o aumento da propagação do vírus, aceleraram a digitalização das relações de trabalho e ampliação das formas de trabalho marcadas pela desregulamentação, como o trabalho remoto, teletrabalho, a uberização e a automação de atividades até então executadas presencialmente, o que “expressa a nova morfologia ou a uberização do trabalho, como vem sendo denominado este amplo movimento de mudanças que atinge o trabalho no capitalismo contemporâneo” (Raichelis, Aguerri, 2020, p. 144).

As transformações no mundo do trabalho são inseparáveis das mudanças estruturais decorrentes da mundialização do capitalismo financeirizado. No contexto da hegemonia neoliberal, a contrarreforma do Estado brasileiro intensifica a desregulamentação dos direitos trabalhistas e o desmonte das políticas sociais, fomentando

a competição entre trabalhadores e trabalhadoras por condições cada vez mais precarizadas. Esse processo, articulado à incorporação massiva das TICs, promove novas formas de subordinação do trabalho aos interesses do capital, orientadas pela maximização da produtividade, redução de custos e intensificação da exploração da força de trabalho.

Conforme observam Raichelis e Aguerri (2020, p. 145), “trata-se de um conjunto de novas situações de trabalho impostas de cima para baixo na maioria das instituições”, que impactam diretamente a classe trabalhadora em sua totalidade. A entrada dessas tecnologias nas instituições altera as relações e condições de trabalho, impondo implicações profundas para a execução do trabalho. A essas mudanças somam-se a intensificação do ritmo de trabalho, a instabilidade dos vínculos e o desmonte de direitos historicamente conquistados. Entre os segmentos afetados por essas transformações, destacam-se os e as assistentes sociais, que também vivenciam os efeitos dessas dinâmicas no exercício profissional.

Pode-se inferir que a incorporação das TICs no cotidiano profissional interferiu substancialmente na forma de realização do trabalho. Os dados indicam que 45,58% (n = 613) dos/as participantes relataram mudanças em sua rotina decorrentes da intensificação do uso das TICs. Por outro lado, 39,93% (n = 537) das/os entrevistadas/os afirmaram não ter percebido alterações significativas, uma vez que já utilizavam ferramentas tecnológicas em seu cotidiano de trabalho. Ademais, 14,50% (n = 195) indicaram que a questão não se aplica, possivelmente em razão de particularidades institucionais.

Dessa forma, evidencia-se que quase metade das/os profissionais identificou transformações que impactaram, de algum modo, a execução ou o desenvolvimento das suas atividades, o que pode estar relacionado a aspectos como autonomia e jornada de trabalho. Nesse sentido, Antunes (2020, p. 3) destaca que “o aumento da jornada de trabalho para mais de dez ou doze horas tem sido mais a regra do que a exceção”, reforçando as tensões provocadas pela ampliação dos tempos e espaços de trabalho.

Ao mesmo tempo, é possível verificar que das/os entrevistadas/os, apenas 31,97% (n = 430) relataram ter participado de treinamento ou capacitação para o uso de ferramentas digitais no cotidiano profissional, enquanto 20,89% (n = 281) afirmaram não ter tido acesso a qualquer tipo de formação nesse sentido. Uma parcela significativa, equivalente a 40,67% (n = 547), declarou não ter recebido capacitação formal, mas possuir algum conhecimento prévio, buscando adaptar-se às novas exigências de forma autônoma;

além disso, 6,47% (n = 87) relataram dificuldades persistentes no uso das ferramentas digitais devido à ausência de treinamento adequado. Esses dados evidenciam que, embora as tecnologias digitais tenham sido incorporadas aos processos de trabalho, a maioria dos espaços sócio-ocupacionais não ofertou o suporte necessário às/aos profissionais, transferindo-lhes a responsabilidade individual de garantir as condições para a execução e o desenvolvimento das suas atividades, o que contrasta com a exigência do domínio técnico e das habilidades específicas indispensáveis para a realização de um trabalho qualificado. Destaca-se, portanto, que é responsabilidade das instituições prover a formação e o suporte técnico adequados, assegurando que os profissionais desempenhem suas funções com segurança e qualidade.

A partir dos dados obtidos sobre as principais mudanças decorrentes da incorporação das TICs nos processos de trabalho, evidenciam-se impactos significativos no cotidiano profissional dos/as assistentes sociais. Entre as/os 1.345 participantes da pesquisa respondentes da questão relacionada, a qual permitia a escolha de mais de uma alternativa, é possível inferir que as principais transformações envolveram a ampliação dos meios de atendimento, registro e comunicação institucional. Dentre as/os respondentes, 51,75% (n = 696) indicaram a adoção de prontuários eletrônicos como uma das mudanças centrais; 51,60% (n = 694) relataram o uso de redes sociais e plataformas digitais como estratégias de comunicação e divulgação dos serviços; e 51,38% (n = 691) destacaram a ampliação dos atendimentos aos usuários por meio de aplicativos de mensagens instantâneas, como o *WhatsApp*. Esses dados indicam que a digitalização do trabalho passou a ocupar papel central, transformando tanto os meios quanto os modos de intervenção profissional.

Contudo, tais transformações ocorreram, em grande medida, sem o devido planejamento institucional, formação técnica adequada ou debate crítico no interior das equipes. O uso das TICs configura-se, portanto, como uma mediação contraditória: embora amplie as possibilidades de acesso e comunicação, impõe novas demandas técnicas, intensifica o ritmo do trabalho e pode comprometer elementos fundamentais do trabalho profissional, como o sigilo, o vínculo e a escuta qualificada. Além disso, o fato de 17,77% (n = 239) dos respondentes terem declarado que a questão “não se aplica” e de 14,72% (n = 198) terem indicado *outras mudanças,* evidencia a persistência de desigualdades no acesso à infraestrutura tecnológica, assim como a diversidade das realidades presentes nos

diferentes espaços sócio-ocupacionais. Esse cenário exige uma reflexão crítica acerca dos significados e das implicações atribuídos à tecnologia no âmbito do trabalho profissional, sob o risco de reproduzir a lógica da produtividade em detrimento do compromisso ético-político com a garantia de direitos.

As mudanças decorrentes da incorporação das TICs nos processos de trabalho são percebidas de formas distintas pelos profissionais que responderam à questão. De modo geral, 51,82% (n = 697) consideram que as TICs facilitam o trabalho, tornando os processos mais ágeis; 38,29% apontam que essas tecnologias ampliam as formas de acesso das/os usuários aos serviços. Além disso, 58,36% (n = 785) reconhecem que algumas mudanças foram positivas para os processos de trabalho, embora ressaltem que nem todos os/as usuários/as possuem acesso a essas tecnologias. Por outro lado, 19,18% (n = 258) têm uma percepção negativa do uso das TICs, ressaltando que elas contribuem para o aumento do tempo em que permanecem disponíveis para o trabalho. Quanto aos demais, 9,74% (n = 131) indicaram que a questão não se aplica à sua realidade, e 4,01% (n = 54) relataram outras mudanças não especificadas.

Na questão que indaga se as/os profissionais percebem a tendência da plataformização do trabalho das/os assistentes sociais, dentre as/os participantes, 60,89% (n = 819) responderam negativamente, enquanto 39,11% (n = 526) afirmaram observar tal tendência. Conforme apontam Abílio *et al.* (2021), a plataformização vem se configurando como uma tendência no mundo do trabalho, em que plataformas digitais intermedeiam as relações laborais diante de uma grande massa de trabalhadoras/es. Nesse processo, insere-se o conceito de *just-in-time*, modalidade de trabalho na qual as/os trabalhadoras/es são remuneradas/os por tarefa ou peça, “que conserva sua centralidade nas formas de exploração capitalistas (apud Marx, 2012)” (Abílio et al., 2021, p. 28). A consolidação do neoliberalismo possibilitou a intensificação das transformações que fragilizam as garantias dos direitos trabalhistas. Processos como a flexibilização dos vínculos empregatícios, a precarização dos recursos financeiros institucionais e os baixos salários contribuem para o aumento da exploração, do controle e do gerenciamento do trabalho.

Ao situarmos o Serviço Social como uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, e as/os assistentes sociais como trabalhadoras/es assalariadas/os, é possível construir as mediações necessárias para a apreensão crítica das formas pelas quais as transformações estruturais no mundo do trabalho, que são marcadas pela

reconfiguração das formas de exploração e dominação do capital, incidem diretamente sobre a atividade profissional. Tais transformações expressam-se na intensificação da precarização, na flexibilização dos vínculos empregatícios, na ampliação da informalidade e na corrosão de direitos historicamente conquistados pela classe trabalhadora. Nesse cenário, o trabalho dos/as assistentes sociais é tensionado pelas contradições próprias do trabalho assalariado em contexto neoliberal, revelando os limites objetivos para a efetivação do projeto ético-político profissional.

A deterioração das condições de trabalho tem imposto a ampliação das jornadas, com múltiplos vínculos profissionais, resultantes da insuficiência salarial para a reprodução material da vida. Tal realidade compromete a estabilidade no trabalho, o acesso a planos de carreira e a efetividade dos direitos trabalhistas. Soma-se a isso o avanço das políticas de terceirização, especialmente por meio de convênios e contratos com Organizações da Sociedade Civil (OSCs) e Organizações Não Governamentais (ONGs), que operam como mecanismos de desresponsabilização estatal e de mercantilização dos serviços públicos.

Nesse contexto, como alerta Santos (2023, p. 37), a precarização manifesta-se por meio da "condição de trabalhadores/as eventuais e intermitentes, das relações de trabalho não protegidas por contrato, da insegurança laboral, do sofrimento e adoecimento, do assédio moral, da baixa e incerta remuneração, da desproteção social e trabalhista, da denegação de direitos, ou seja, da precarização do trabalho e da vida". Tais processos evidenciam o tensionamento entre os princípios ético-políticos que orientam o Serviço Social brasileiro e as estratégias de gestão pautadas na racionalidade neoliberal.

Apesar de o Serviço Social ser regulamentado como uma profissão liberal, com autonomia técnico-operativa no exercício de suas atribuições, a/o assistente social está inserida/o na condição de trabalhadora/or assalariada/o, submetida/o às determinações institucionais e às exigências do mercado de trabalho, independentemente da natureza pública ou privada da organização contratante. No contexto das novas morfologias do trabalho, marcadas pela flexibilização, informalidade e plataformização, a profissão vem adquirindo novos contornos que refletem a precarização das condições de vida e trabalho da classe trabalhadora. As respostas identificadas na pesquisa quanto à percepção da plataformização do trabalho podem estar associadas ao crescimento da contratação de assistentes sociais para atividades pontuais, como elaboração e coordenação de projetos, muitas vezes mediadas por contratos temporários ou prestação de serviços sob demanda.

Outro exemplo dessa dinâmica é o serviço de elaboração de pareceres técnicos, especialmente nas áreas da saúde e da justiça, em que a/o profissional é convocada/o para realizar estudo social e emitir opinião técnica para diferentes finalidades institucionais. Nesses casos, a remuneração é condicionada à produção da peça técnica, configurando-se como pagamento por tarefa executada. Conforme analisa Abílio *et. al.* (2021), essa forma de remuneração por peça expressa uma das estratégias de exploração no capitalismo contemporâneo, pois desloca os riscos e custos do trabalho para o/a trabalhador/a, reforçando a lógica da mercantilização das competências profissionais e a corrosão das garantias trabalhistas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos dados referentes à região Sul da pesquisa nacional *Configurações e Tendências do Perfil, Formação e Trabalho de Assistentes Sociais no Brasil* oferece subsídios potentes para compreender as expressões contemporâneas da precarização do trabalho profissional, bem como as transformações desencadeadas pela inserção das TICs no cotidiano de assistentes sociais. Os dados revelam contradições marcantes: por um lado, a permanência de formas tradicionais de inserção no mercado de trabalho, como a predominância de regimes presenciais e vínculos únicos; por outro, a emergência de novas formas de subordinação, especialmente no que tange à plataformização das práticas e à intensificação do controle e da produtividade sob o manto da inovação tecnológica.

As condições de trabalho identificadas — que incluem jornadas superiores às 30 horas legais, múltiplos vínculos empregatícios, salários incompatíveis com a qualificação exigida e ausência de educação permanente — denunciam um cenário que tensiona os princípios que sustentam o Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro. A responsabilização individual pela adaptação às ferramentas digitais, em meio à omissão das instituições no que tange à formação e ao suporte, reafirma a lógica de individualização, fragmentação e desresponsabilização estatal, traço característico do atual padrão de regulação neoliberal.

Importa destacar que esta pesquisa não se resume a um esforço acadêmico isolado. Trata-se de uma produção coletiva, articulada e construída no âmbito de uma ampla rede de colaboração entre docentes de distintas universidades, grupos de pesquisa, estudantes da graduação e da pós-graduação, assim como profissionais da área. Essa articulação,

para além de possibilitar a operacionalização de um levantamento de abrangência nacional, reafirma a potência da produção de conhecimento comprometida com o trabalho coletivo e com a formação crítica, ampliando as possibilidades de incidência da pesquisa no debate público e nas estratégias da profissão.

A realização de uma investigação dessa envergadura — que conjuga densidade teórico-metodológica, robustez empírica e um *ethos* ético-político vinculado à defesa dos direitos sociais — reafirma a centralidade da pesquisa como prática essencial ao Serviço Social. Seus resultados demandam não apenas reflexão, mas posicionamento. Reforçam a urgência de fortalecer as entidades da categoria, os espaços de formação e os fóruns de articulação coletiva como trincheiras de resistência frente ao avanço da precarização e da racionalidade gerencial nos espaços institucionais.

É nesse horizonte que se inscreve esta produção: como parte de um esforço maior de compreender, tensionar e intervir sobre a realidade concreta do trabalho profissional, alimentando a perspectiva de uma práxis comprometida com a emancipação humana e com a radicalização dos direitos. Que os achados aqui apresentados contribuam para esse movimento e sigam reverberando em novas investigações, formações e estratégias de enfrentamento construídas de forma coletiva e situada.

Referências

ABÍLIO, L. C.; AMORIM, H.; GROHMANN, R.. Uberização e plataformização do trabalho no Brasil: conceitos, processos e formas. **Sociologias**, v. 23, n. 57, p. 26–56, maio de 2021. DOI: https://doi.org/10.1590/15174522-116484

ANTUNES, Ricardo (org.). **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2020.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política: livro I. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

RAICHELIS, R.; ARREGUI, C. C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. **Serviço Social & Sociedade**, n. 140, p. 134–152, jan. 2021. Doi: https://doi.org/10.1590/0101-6628.242

SANTOS, Sandra Alice Aires dos. **Serviço Social entre fluxos e refluxos: as expressões da precarização do trabalho na Região Metropolitana de Manaus**. 2023. 132 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) — Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023. Disponível em: https://tede.ufam.edu.br/handle/tede/9665. Acesso em: 28 jul. 2025.